

O debate sobre o Salário Mínimo no Brasil

Tradicionalmente o valor do salário mínimo no Brasil é reajustado no dia 1º de Maio. Este ano a polêmica começou cedo e, como é um ano eleitoral, o Partido da Frente Liberal- PFL , que integra a frente partidária que ocupa o governo, numa tentativa de passar ao povo brasileiro uma imagem mais "social" apresentou uma proposta de um salário mínimo equivalente a US\$ 100 e roubando uma antiga bandeira das esquerdas.

A proposta foi mal recebida pelo governo que alega que a Previdência Social não agüentaria tal aumento (o valor das aposentadorias está anexado ao valor do salário mínimo). Como pegou mal a resposta do governo agora, o PSDB (partido de FHC) tenta encampar a paternidade do reajuste, ainda a ser definido, pedindo um mínimo de cerca de R\$ 160.

A proposta foi apresentada pelo presidente licenciado da Força Sindical, Deputado Luiz Antonio Medeiros. Estudo do Dieese mostra no entanto, que para cumprir com as definições da constituição federal, o salário mínimo brasileiro deveria estar em R\$ 940,00 (US\$ 530).

opinião

I ndecência

Jorge Mattoso

O descaso com o salário mínimo foi determinante na conformação do perfil regressivo da distribuição da renda que assola o país desde os anos 60. Com a redução do salário mínimo real (hoje 27% do valor inicial), promoveu-se acentuada abertura do leque salarial. O Brasil tem se caracterizado por um dos mais extraordinários diferenciais entre os maiores salários e os de base. Nosso país também é reconhecido por ter um dos mais elevados índices de Gini do mundo, representativo da concentração de renda.

A queda do valor do salário mínimo também favoreceu a redução do número de pessoas que o recebem, sobretudo entre os assalariados com carteira. Isso ocorreu, por um lado, porque até o mercado não assimilou essas perdas, pagando, em muitos casos, mais que o mínimo; por outro lado, porque na última década têm sido intensos o desemprego e o desassalariamento, com a exclusão de trabalhadores do mercado de trabalho formal. Ou seja, dada a irresponsabilidade social de nossos governantes, reduziu-se o número de assalariados, expulsando do mercado formal parte dos trabalhadores que recebiam o mínimo. Hoje, após o vendaval de crescimento medíocre, desemprego e informalização da década de 90, apenas 19,6 milhões de assalariados conseguem manter sua carteira de trabalho assinada, numa população economicamente ativa de mais de 76 milhões. Quando o governo fala do déficit da Previdência, sempre se posiciona pela redução dos benefícios, ocultando que o verdadeiro problema está no cada vez menor número de trabalhadores que contribuem para o INSS (menos de 26% da PEA), resultado das políticas antiprodução e antiemprego adotadas pelo governo federal.

No entanto, o número de assalariados com carteira assinada que ganham próximo ao salário mínimo continua significativo: mais de 1,4 milhão ganha até um salário mínimo e cerca de 4,2 milhões recebem entre um e dois mínimos. Se somado o cerca de 1 milhão de militares e funcionários públicos estatutários que ganham até dois mínimos, teríamos aproximadamente 7 milhões de brasileiros e suas famílias que poderiam ser diretamente beneficiados com uma política que pretendesse, em determinado prazo, duplicar o mínimo.

Quando tomado o total dos ocupados brasileiros -dos quais uma grande parte foi obrigada no período recente a aceitar a informalidade e a precarização-, são cerca de 14 milhões que ainda hoje recebem até um salário mínimo e 28 milhões que recebem até dois salários mínimos. Portanto cerca de 40% dos ocupados poderiam ser beneficiados indiretamente, sobretudo se, em paralelo ao início de uma efetiva elevação do salário mínimo, também houvesse maior crescimento econômico e revalorização do assalariamento com carteira assinada e da regulação do mercado de trabalho.

O grave é que esses milhões de trabalhadores terminam por não se fazer representar nas instituições públicas e têm pouco poder de pressão sobre governos, empresas e até sindicatos, dada sua reduzida capacidade de organização. Enquanto isso, os do andar de cima conseguem pressionar o Estado para obter o Proer para os bancos, cortar gastos sociais para assegurar o pagamento dos juros, financiar empresas estrangeiras interessadas nas privatizações com dinheiro público, reduzir o déficit da Previdência via cortes de benefícios etc. O governo, na figura do presidente, de ministros e assessores, só tem esgrimido argumentos visando impedir a elevação do poder de compra do salário mínimo, brandidos a cada momento diferentemente, dependendo da conjuntura, com extraordinário apoio da mídia. Com aparência lógica, na verdade apenas justificam os valores injustificáveis do salário mínimo. Ora são preocupações com a Previdência, ora com pequenas municipalidades, ora com a inflação, ora com competitividade, ora com regiões mais atrasadas, ora com desemprego. Todos os argumentos são questionáveis, mas o importante é que representam seu profundo descaso com os mais pobres, com a distribuição da renda e o combate à pobreza.

A indecência do salário mínimo só se compara à indecência dos lucros financeiros (cujos lucros bancários são expressão maior) e dos juros da dívida (que alcança cerca de R\$ 100 bilhões), emblemáticos do tratamento diferenciado dado aos de cima e aos de baixo pelas políticas que conduziram à desestruturação da produção e do emprego nacional e ao medíocre crescimento econômico dos anos 90.

No 1º de maio de ano eleitoral volta-se a falar no salário mínimo, abandonado e esquecido por tanto tempo. Independentemente das motivações -cada um saberá distingui-las-, a discussão sobre a recuperação de seu valor é imprescindível. O resgate da dívida com os do andar de baixo exigiria uma efetiva elevação do salário mínimo (R\$ 180, convenhamos, ainda é muito pouco) acompanhada de crescimento econômico e de outras medidas de combate à pobreza e à concentração da renda. Caso contrário, só restará ao Brasil um lugar cada vez melhor entre os campeões mundiais da desigualdade.

Jorge Eduardo Levi Mattoso, é professor e pesquisador do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho) do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). É autor de "Desordem do Trabalho" (ed. Scritta) e "Brasil Desempregado" (ed. Fundação Perseu Abramo).

Notas

1. Enfraquecido, salário mínimo completa 60 anos

Em meio à polêmica sobre quanto deve valer, o salário mínimo completa 60 anos no Brasil. Ele foi adotado pelo presidente Getúlio Vargas para proteger o mercado interno. Era uma medida nacionalista.

O mínimo chega ao ano 2000 sob a acusação de estar enfraquecido. Não apenas em seu valor, mas também como força econômica. Em economias mais fortes, as categorias negociam seus pisos e o mínimo tende a perder sua força. O estudo mostra que o mínimo pode ser mais significativo do que se costuma acreditar.

Em 1940, 10,2 milhões de trabalhadores recebiam um salário, o equivalente a 68,7% da população ocupada. Em 1998, 14,6 milhões de brasileiros que integram a população economicamente ativa ganhavam um mínimo. É quase um quarto dos trabalhadores.

Recente estudo de M. Pochmann traça um perfil daqueles que recebem um mínimo. Elas estão, em sua maioria, no Nordeste (54,2%), trabalham em funções domésticas (58,9%), não têm carteira assinada (41,9%) e têm de 4 a 7 anos de instrução (33,6%).

2. Para Dieese, valor ultrapassaria R\$ 940 em janeiro

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), entidade ligada a sindicatos de trabalhadores, o salário mínimo deveria ter sido de R\$ 942,76 em janeiro deste ano.

O estudo é feito mensalmente e leva em conta as variações do preço da cesta básica - apuradas pelo próprio Dieese- e tem o objetivo de determinar o valor que seria necessário para sustentar um casal e dois filhos. O conceito de "salário necessário" decorre da definição do salário mínimo apresentada na Constituição. O artigo 7º diz que o mínimo é um direito do cidadão e deve ser "capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social".

A fixação de um salário mínimo no país começou a ser debatida em 1930, no primeiro governo de Getúlio Vargas.

Dez anos depois, o mínimo foi instituído. Segundo o Dieese, o salário mínimo real (descontada a inflação) valia, em 1998, apenas 26,55% do seu patamar original.

3. Mínimo não cria rombo na Previdência Social

O economista Marcio Pochmann, da Universidade de Campinas, disse ontem que o governo federal não pode usar uma eventual crise da Previdência para barrar o aumento do salário mínimo. Autor de um estudo sobre a política do mínimo desde sua adoção no Brasil, em 1940, Pochmann diz que "o problema da Previdência é estrutural" e por isso não é justo vincular as variações salariais aos rombos previdenciários. O governo alega que elevar o salário mínimo de R\$ 136 para cerca de R\$ 180 (ou US\$ 100), como defende o PFL, provocaria um rombo de R\$ 6,8 bilhões na Previdência. Pochmann não contesta as contas do governo, mas alega que aumentos sobre o valor atual dos salários não são tão graves quanto o governo quer fazer crer. Isso porque eles devem ser considerados também com base em outros indicadores econômicos. Com base numa coleção de dados dos últimos 60 anos, o economista concluiu que o mínimo só diminuiu, enquanto boa parte dos indicadores melhorou. Ou seja, quando o país era menos desenvolvido, os salários eram melhores: "É difícil encontrar razões econômicas para explicar a perda que o mínimo sofreu".

Em termos relativos, o salário pago em 1940 era 3,6 vezes maior do que o atual. Se tivessem mantido seu poder de compra, os trabalhadores ganhariam hoje R\$ 489. O PIB "per capita" do país é cinco vezes maior do que o da época.

Em 1957, o mínimo chegou a representar 170% da renda "per capita" brasileira. Hoje, equivale a 28%. Pochmann também atribui ao salário mínimo uma grande força sobre a economia: "Ao contrário do que dizem, ele continua sendo o foral da remuneração dos trabalhadores. Pelo menos da parcela de 25% dos mais pobres".

O estudo do economista mostra que o Brasil continua sendo uma economia de baixos salários. Pelo menos 75,5% dos pisos salariais do país vão até três mínimos.

De cada dez trabalhadores do setor informal, quatro ganham um mínimo. Entre as pessoas que têm carteira assinada, uma entre dez também recebe um salário no final do mês.

Os argumentos econômicos são enfileirados por Pochmann para justificar a tese de que o salário mínimo ainda é muito importante para a economia: "Ele não perdeu a força, como dizem alguns setores do governo. Perdeu, sim, o valor". Quando se trata das contas da Previdência, Pochmann usa seu estudo para mostrar que os eventuais rombos apontados pelo governo são "relativos".

"Para se ter uma idéia, para que as contas da Previdência fossem equilibradas, seria preciso que o mínimo fosse de R\$ 70", diz. Pela lógica de que esse ideal é impossível, até mesmo um aumento de 32% sobre o valor atual do salário, como quer o PFL, representaria apenas mais um aumento no déficit da Previdência Social.

"Aqui trata-se apenas de uma decisão política. Quando o governo resolve aumentar a taxa de juros, não se fala em Previdência. Quando a questão é o salário mínimo, o assunto vem à tona."

Nesse ponto, o economista até arrisca um cálculo. Se o salário mínimo fosse elevado para seu valor inicial de R\$ 489, o impacto sobre as contas da Previdência seria de R\$ 34,4 bilhões ao ano, sem contar o retorno que ela teria com itens como arrecadação e aquecimento no comércio de produtos tributados: "Trata-se de um número bem menor do que o valor que o governo paga de juros da dívida, cerca de R\$ 100 bilhões".

4. EUA criticam salário mínimo brasileiro

O governo dos Estados Unidos considera o salário mínimo brasileiro ""insuficiente para garantir um padrão decente de vida para um trabalhador e sua família".

A frase consta do relatório do Departamento de Estado dos EUA sobre a situação dos direitos humanos no ano passado em mais de cem países.

O texto, em seu capítulo sobre Brasil, relata a situação de respeito aos direitos humanos no país -em temas que vão de ação de grupos de extermínio às condições econômicas e seus efeitos sobre a vida das pessoas. É nesse tema (""Condições aceitáveis de trabalho") que o salário mínimo de R\$ 136 é criticado.

Fonte: Folha de São Paulo, 22, 23 e 26 de fevereiro de 2000